

## A ANGOLA DO NARRADOR DE LOBO ANTUNES: (RE)SIGNIFICAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Josiani Job Ribeiro<sup>1</sup>

Daniel Conte<sup>2</sup>

### RESUMO

O colonialismo impactou diretamente o imaginário social de África. A justificativa colonial e o sistema de dominação e exploração adotado por tal política, induziram a construção de um imaginário do território e da sociedade africana, desconexo da realidade. Como nem todos tinham acesso às colônias, a literatura assumiu um grande papel, no que diz respeito à reconstrução do imaginário social de África. Sendo manifestação dos homens e do que eles vivem, através da leitura os indivíduos puderam acessar o território africano e reconstruir sua representação imagética. Considerando tais aspectos, a partir da contextualização histórica de Portugal e Angola, dois países imersos no colonialismo, ainda que em posições diferentes (Colonizador X Colonizado), será analisado na obra literária *“Os Cus de Judas”*, de António Lobo Antunes (2010) o discurso construído sobre o imaginário de Angola e como este discurso poderá impactar no imaginário metropolitano sobre a colônia.

**Palavras-chave:** África. Angola. Colonização. Imaginário. Literatura. África.

### 1 INTRODUÇÃO

A atuação portuguesa no projeto expansionista europeu foi significativa, a busca em expandir territórios, conquistar recursos naturais e humanos de outros grupos sociais, com o propósito de formar um Império, durou muitos anos. Portugal sustentou sua hegemonia no Atlântico por um longo período, já no Oriente, contudo, a situação era vulnerável e foi sustentada pela intervenção militar e pela missão civilizadora. Embasados no discurso de que o homem branco deveria conduzir seus valores éticos e morais aos demais grupos étnicos, que em seu entendimento eram selvagens e primitivos, os europeus conquistaram diversos povos com a justificativa de conduzi-los ao progresso. E assim, as conquistas para o europeu, ganharam conotação social e missionária, eximindo-o do sentimento de culpa por usurpar o outro.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História, mestranda em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (RS/Brasil).

<sup>2</sup> Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana, professor e pesquisador da Universidade Feevale no curso de Letras e no PPG em Processos e Manifestações Culturais. Tutor PET-Interdisciplinar Feevale (FNDE).

Enquanto no Brasil, se optou pela transferência de populações europeias para o povoamento e defesa do território, em África os portugueses se limitaram a instalação de feitorias, que serviam para promover o comércio. A expansão territorial portuguesa teve início em 1415 com o domínio da cidade de Ceuta, no norte da África, e findou-se apenas no século XX com a independência dos países até então colonizados. Estimulados pelos avanços tecnológicos marítimos, pela unificação do reino, que era pouco sujeito a revoluções e, pela crise agrícola, pois o solo português já não era propício para o plantio, Portugal foi o primeiro país a arriscar-se no processo de expansão marítima. Esse pioneirismo possibilitou uma garantia econômica, as colônias representavam mais recursos para aplicar no desenvolvimento e enriquecimento da metrópole.

O pensamento de superioridade portuguesa manteve-se presente no discurso colonial até o século XX, em que a superioridade tecnológica lusa serviu para legitimar a inferioridade das colônias. Deveras, tal perspectiva vai tornar-se evidente no que tange o material bélico, os colonizadores possuíam armamentos inalcançáveis aos autóctones. E as lutas de independência irão ocorrer à medida que os movimentos nacionais africanos conseguem se organizar, e em alguns casos, quando os autóctones tiverem acesso a armamentos, representando assim, perigo político e físico a metrópole.

Nesta perspectiva, aqueles que não tinham acesso às colônias, parte da população metropolitana que em nenhum momento visitou ou foi enviada a elas, constrói seu imaginário sobre o território colonial a partir do discurso da população que em algum momento visitou o local, através do que lhes foi transmitido pelo Estado, bem como, através da leitura. De acordo com Baczko (1985): “[...] tanto o imaginário social como as técnicas do seu uso são produzidos espontaneamente, confundindo-se com os mitos e os ritos”, evidenciando como são construídas as representações imagéticas equivocadas.

Neste sentido, este ensaio irá analisar o discurso do narrador de António Lobo Antunes (2010) na obra “Os Cus de Judas” no que tange a colônia de Angola, visto que, Candido (2004) defende que a literatura é uma manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, desta forma, ela expõe aspectos para a construção do imaginário social. Assim, será verificado o

imaginário de Angola relatado pelo narrador da obra no pós-guerra e os possíveis impactos deste discurso no imaginário da população metropolitana.

## 2 A REPÚBLICA PORTUGUÊSA

Com o fortalecimento do movimento revolucionário republicano português, a partir de 1870, o tratado de Berlim, o ultimatum inglês desmoralizando a monarquia e, principalmente, com ideologias vinculadas à pequena burguesia, entusiasmando a massa dos trabalhadores, o Partido Republicano torna-se o grande vencedor das eleições de 1910. Com isso, a monarquia, já enfraquecida e desmoralizada, opta pela ditadura aberta. Em outubro, as armadas começam a ruir, devido à mobilização dos trabalhadores. Entre os dias 4 e 5, os quartéis e as guarnições fidelizadas à monarquia são neutralizados, o rei debanda ao exílio e o Partido Republicano assume o governo. Dessa forma, em 5 de outubro de 1910, proclama-se a república em Portugal.

A formação da república portuguesa evidencia a primeira tentativa de estabelecer uma democracia parlamentar, através de um estado laico, anticlerical, culminando na separação do Estado e da Igreja Católica. Tal ação se configura pela aliança histórica formada entre a Igreja e o constitucionalismo monárquico, em que uma se apropria da outra para fortalecimento de influências. Os republicanos, desse modo, voltam-se também contra a Igreja no intuito de enfraquecê-la e findar por definitivo a monarquia.

No âmbito colonial, não ocorreram mudanças, “os portugueses, por sua vez, mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império” (BOAHEN; SURET-CANELE, 2010, p. 219), evidenciando a inexistência de interesse em implementar fundamentos de autogoverno ou de aproximar a cultura das colônias à metrópole. As forças políticas tentavam se adaptar à nova ordem, os capitalistas que procuravam se beneficiar acabaram se decepcionando, uma das principais heranças da monarquia se manteve: a desordem financeira.

Já os trabalhadores se decepcionaram com a reforma eleitoral, que não reconheceu a maior parte dos eleitores, sendo coibido o voto às mulheres, militares na ativa e aos analfabetos. A promessa de democracia e de melhorias levantada pela nova ordem não se concretiza. Ainda assim, a relativa democratização da vida política acaba abrindo caminho para a mobilização e organização

do movimento popular, e a classe operária passa a responder aos problemas sociais, como a inflação, com reivindicações e greves.

A cena portuguesa passa a ser composta de greves operárias e ações repressivas. Nesse contexto, surge o Integralismo Lusitano, um movimento doutrinário e político de oposição ao regime democrático e parlamentar da Primeira República que não obtém grande repercussão ideológica, mas abre espaço para as organizações fascistas no país. Em seguida, a partir da união do grande patronato, do latifúndio e do alto clero, é organizado um golpe de estado, e a reação chega ao poder através da corporação armada. A ditadura militar é instaurada, o parlamento dissolvido, a imprensa é censurada, as benesses católicas devolvidas, partidos políticos são interditados, legisladores e políticos eleitos são demitidos, o pânico se instala e se abre caminho para o fascismo.

A ditadura militar foi a solução política encontrada pelo patronato e latifúndio para revidar as ações populares e reorganizar a economia em seu benefício. Mas o resultado acabou não sendo o esperado, o déficit público e a dívida interna aumentaram significativamente, direcionando o país ao caos econômico e financeiro. No intuito de evitar o caos, António Salazar de Oliveira entra no governo e sistematiza o projeto econômico-social defendendo a repressão antipopular e antidemocrática, acentuando características fascistas.

O projeto de Salazar funciona economicamente, o orçamento financeiro é equilibrado, mas ele invade e ocupa espaços na administração ditatorial. Todas as instituições passam a refletir suas vontades e, nos três anos seguintes, o fascismo é consolidado, mesmo sem o apoio da massa popular. O Estado Novo salazarista ajusta-se progressivamente à perfeição histórica do ordenamento fascista, uma ditadura aberta dos elementos mais reacionários e imperialista do capital financeiro. Salazar consegue manter o domínio do grande capital através do terrorismo estatal e permanece no poder com a força da repressão, evidenciando a inflexibilidade de seu governo. Evidentemente estendida ao império colonial português, afinal, as colônias estavam sujeitadas aos interesses econômicos da metrópole.

Na última década do regime fascista, o distanciamento com o povo tornou-se amplo. Nesse período, o processo histórico de concentração de propriedade e da renda se agrava graças à interferência imperialista e pelo redimensionamento ativo estatal. Além disso, a intervenção dos

capitais imperialistas no país e nas colônias aumentou significativamente, chegando a ser 21 vezes maior que na década anterior.

Motivando o início da ruína do regime fascista. Despontam as guerras coloniais. No caso angolano, o levante do povo emerge em 1961. E em seguida é a vez de Moçambique, que começa a luta armada em 1964. Nesta empreitada beligerante, o governo português chegou a comprometer 40% do seu orçamento nacional ao enviar para África milhares de homens para compor o efetivo de seu exército, dissipando recursos humanos e materiais da metrópole. Com isso, além do ônus econômico da esfera assalariada para o financiamento da guerra, a juventude passa a se rebelar, revolta-se com a possibilidade de morrer em África. Já os soldados começam a questionar suas incumbências nas colônias e pouco a pouco mudam suas posturas no que diz respeito ao governo

Convém notar que a humilhação e a desmoralização a que foram submetidos os soldados portugueses na Guiné Bissau, bem como em Angola e em Moçambique, desde então incorporados ao ideário de libertação que se propagava na África, todos estes fatores incitaram os soldados portugueses a derrubarem o regime opressor de Salazar, no interior do próprio Portugal, em abril de 1974” (BOAHEN; SURET-CANELE, 2010, p. 222).

As forças armadas começam a sofrer contradições e fissuras em função das modificações em suas estruturas para enfrentar a insurgência do regime colonial. Além de fazer com que Angola organize-se como nação e mais que isso, faça despontar o nacionalismo em sua população, fator determinante para posteriormente livrar-se de Portugal e de sua trajetória fascista. Começam a se formar as organizações e associações anticolonialistas. Devido à repressão lusófona nas colônias, os primeiros militantes organizam-se no exterior.

O fascismo tenta se (re)significar e, para isso, na política externa passa a contar com o apoio das principais potências imperialistas na guerra colonial. É estabelecida uma medida de preservação das colônias, e com isso o governo lusófono incentiva a emigração de cidadãos portugueses para África. A população branca aumenta significativamente em Angola, agravando a situação política do território. Considerando que eram os imigrantes portugueses que ocupavam os cargos de direção das colônias, os nativos perderam espaço e se viram em uma administração cada vez mais metropolitana, aumentando os conflitos internos.

Salazar é substituído, já com saúde debilitada, por Marcelo Caetano, que coloca em prática seu projeto autorreformista. Dessa forma, proclama a emancipação política colonial, em que as províncias ultramarinas passam a ser chamadas de “Estados”, todavia a guerra continua e com mais força, infundida aos cidadãos, como ressalta Antunes (2010, p. 152), “da guerra que os senhores de Lisboa me impuseram”.

As manifestações populares continuaram sendo respondidas com repressão e terror, ficando evidente que reformar o governo nunca foi uma proposta real e, sim, para acalmar os ânimos oposicionistas. Em seguida, o isolamento político acabou sendo ampliado, causando um repúdio internacional. O movimento democrático reencontra suas forças em 1968 e 1969 para conduzir sua luta política. Já a Igreja Católica, o aliado mais tradicional do fascismo, coloca-se em uma posição menos laudatória, mostrando que o próprio fascismo português tinha consciência de que poderia se erosionar.

Na madrugada de 25 de abril de 1974, a senha para o levantamento militar é passada pela emissora oficial do governo, movimentando unidades militares do continente. As floristas da Praça do Rossio, em Lisboa, recebem os soldados com cravos vermelho, que se tornam o símbolo da revolução. O fascismo termina e dá espaço à democracia. A Revolução dos Cravos, como ficou conhecido o processo revolucionário, além de liquidar com o fascismo restaura a dignidade nacional do povo português. Durante a revolução, o movimento operário e sindical foi de extrema importância, através dele, o povo encontra suporte para lutar e reivindicar pelo avanço político e social.

O movimento revolucionário português representa a união de um povo, através do movimento operário e sindical, demais grupos sociais e da organização militar, na busca por mudanças políticas e sociais para seu país e, conseqüentemente, para as colônias. Em Angola, ainda em abril, os movimentos assinam o cessar-fogo. No dia 31 de janeiro de 1975, é instituído o governo de transição e, no mesmo ano, em 11 de novembro, os angolanos celebram o fim de quatro séculos de domínio colonial. É declarada a independência!

### 3 A COLÔNIA DE ANGOLA

Os portugueses adentraram o território angolano na última parte do século XV, contudo, não foi possível permanecer no local e ficaram atracados na ilha de Luanda, na época pertencente ao Congo, que autorizava a permanência de portugueses em seu território. Por volta de 1576, foi construído o primeiro forte em Angola, no morro chamado São Paulo, a partir deste momento foram realizadas diversas conversas com os governantes locais para ampliar a permanência na região, sem sucesso.

Em 1579 após denúncia de cidadão luso, que residia na África há mais de 25 anos, de que tropas portuguesas se aproximavam para tomar armas e minas, o embaixador local Nzinga Ngola Kilombo Kia Kasenda (1575-1592) ordena o extermínio de toda a tropa, e cerca de 40 lusos são mortos. As relações pacíficas foram rompidas, Nzinga Ngola foi atacado, e Angola, como a região foi nomeada inspirada em seu embaixador, foi dominada por Portugal. O regime colonial português, além de fazer uso do território, se apropriava da mão de obra local para uso escravo, assim, durante todo o período escravocrata a sociedade autóctone foi vendida como mercadoria. Apesar do término da política escravocrata ter ocorrido oficialmente no século XIX, em algumas regiões da África e da Ásia ela se manteve até o século XX, é o caso de Angola.

No século XX, a concentração da propriedade e da renda angolana era operada pela intervenção direta da metrópole. Foi assegurada uma repressão política e social que garantia a exploração da força de trabalho colonial portuguesa, para uma dezena de grupos monopolistas. A condição de vida das populações colonizadas era insalubre, o Estado fascista além de impor o trabalho forçado exportava mão de obra nativa aos países vizinhos, é o caso de Moçambique que tinha a maior parte da renda extirpada dos trabalhadores enviados à África do Sul. Também foram realizadas diversas concessões de terras para companhias estrangeiras. Salazar conseguiu impor seu ideal fascista tanto para a população portuguesa quanto em suas colônias, criando um sistema de usurpação dos bens naturais e humano, configurando uma organização de trabalho escravo.

Em contrapartida, o período é muito importante para o fortalecimento das colônias no âmbito cultural, militar, político e econômico, tanto o imperialismo europeu quanto a guerra colonial influenciam o fortalecimento do que Diop (2010) chama de nacionalismo africano, e assim,

configura-se o início das lutas de libertação. As forças armadas lusas são envidas a Angola e, a guerra acaba gerando uma crise financeira na metrópole, conseqüentemente, os recursos financeiros do exército são reduzidos, gerando dificuldades para aqueles que estão em campo.

Não são apenas os autóctones que ficam desgostosos, as tropas lusas mostram descontentamento e passam a questionar as causas e razões das lutas e assim, enxergam o outro. O desinteresse na organização da estrutura colonial acaba refletindo nas tropas portuguesas, a inexistência de linhas férreas dificultam os avanços em terra, bem como, a chegada de suprimentos. O colonizador português, olhando o africano desde si mesmo, não pôde admitir e aceitar que não houvesse em territórios africanos o mínimo de urbanização necessária para que se efetivasse qualquer tipo de processo civilizatório eurocêntrico.

Foram, entretanto, os conceitos colonialistas e de superioridade, a violência administrativa aplicada sobre as culturas autóctones, que impulsionaram os colonizados para o início do desvencilhamento negro das mãos da Europa. Os europeus impuseram a fé, os costumes e a razão ocidentais; impuseram a língua e tudo mais que lhes parecia conveniente. Até o momento de saturação em que a população local começou a questionar a falta de liberdade, a submissão e a precariedade da vida. Representada por uma minoria burguesa privilegiada, em geral, filhos de comerciantes, a população local passa a questionar qual a necessidade de assumir outra cultura que não a deles, quais os motivos para a animalização do negro, e fazem o movimento inverso ao colonizador. Deixam a África e vão estudar na metrópole, “foi, contudo, a partir da criação, por iniciativa do governo salazarista, de uma casa para estudantes vindos das colônias, a Casa dos Estudantes do Império – CEI, que a História começa a ser revisitada” (CONTE; KUNZ; SCHMITZ, 2015, p. 177), favorecendo ao colonizado acesso a seu passado e o redizer de sua história.

Desse movimento, são organizadas as primeiras associações culturais e os primeiros partidos políticos. O movimento de ida à metrópole fez com que parte da população local percebesse as contradições do regime colonial, torna-se evidente a postura portuguesa perante as colônias, as considerando províncias de além-mar. Onde a administração foi marcada pelo desinteresse e pela carência de organização, momento em que “ficaram declarados o inconformismo e a luta pela afirmação do colonizado” (CANÊDO, 1986, p10), e o paradoxo

existencial faz emergir mecanismos generativos e constitutivos subjacentes às relações superficiais estabelecidas pelo colonialismo. Nessa conjuntura, lançando olhares sobre a África, deparamo-nos com o surgimento do nacionalismo, e Angola busca afirmar-se como nação, depois de anos de colonialismo.

Ademais, embora a conquista da independência nas outras colônias da África do oeste tenha, em seu conjunto, sido pacífica mediante a realização de mesas-redondas e debates entre partidos, no que tange à África portuguesa, por sua vez, ela foi longa, violenta e sangrenta, transformando-se em uma verdadeira guerra de libertação. (BOAHEN; SURET-CANELE, 2010, p. 218-219).

O embate da guerra faz Angola imergir em um universo político em que a sociedade, os colonos, o exército e a resistência precisavam mergulhar. Política esta que ainda não pode ser dissociada de uma realidade beligerante. A resistência necessita garantir com a luta armada o direito de governar sua terra, necessita garantir através da luta armada o desenvolvimento econômico e cultural de seu país e, principalmente, ter esperança em um futuro para sua sociedade.

O século XX foi marcante para a história mundial, pontuado por diversos acontecimentos, entre eles o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento econômico e pela crise no sistema colonial. Após 1930, o sistema colonial entra em crise e são iniciados processos de independência das colônias, a maior parte dos países conquista sua independência através de conversas e mesas redondas, no entanto, nem todos os impérios concordam com essa postura:

De qualquer modo, em fins da década de 1950, já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal, continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. (HOBBSAWM, 1995, p. 218).

É claro que a postura portuguesa acaba gerando revolta nos colonizados, que estavam embebidos em uma aura de esperança, já que, todos aqueles que em algum momento estiveram em situação similar à sua, mudam de condição. A consequência é lutar pela independência, usando ainda mais força.

Concomitantemente, a guerra torna-se um fardo para a administração lusitana, a metrópole carece empregar muitos recursos financeiros nesta empreitada, afetando diretamente o bolso da população com o aumento da carga de impostos e, o colonialismo passa a ser um peso para todos os envolvidos. A guerra acaba possibilitando ao colonizador e ao colonizado uma aproximação inexistente até então, com ela, angolanos e portugueses viviam a mesma situação, as mesmas condições, o que nunca havia ocorrido no histórico colonial.

A usura da guerra possibilita além da humanização do sujeito militar o reconhecimento do outro como indivíduo social. Nesse contexto, é a partir do reconhecimento do outro e da humanização do sujeito histórico que Portugal consegue romper com duas ideologias que há muito tempo impediam o seu desenvolvimento como sociedade e, principalmente, o desenvolvimento de muitas outras sociedades, o fascismo e o colonialismo. E Portugal e Angola acabam encontrando na guerra colonial a solução para um novo início, marcado pela luta, pelo descaso, pelo inconformismo e, principalmente, pela esperança.

#### **4 A LITERATURA E O IMAGINÁRIO DE ANGOLA**

A literatura foi íntima de Angola durante o período colonial, foi através dela que os autóctones encontraram um meio de manifestar-se. Foi na literatura de resistência que a população encontrou um instrumento de luta contra o colonialismo português, em que, os intelectuais angolanos dispuseram de um instrumento de protesto e denúncia. No entanto, este ensaio não aborda a literatura de denúncia, mas sim a literatura pelo viés do colonizador, escrita por quem participou das lutas de libertação em Angola, com a missão de reprimir a independência da colônia. Que é explicitado na obra “Os Cus de Judas” de António Lobo Antunes (2010), em que um médico luso, ao retornar da guerra de independência decide contar suas experiências em território africano.

Ao contar sua vivência na guerra, o narrador aborda de forma assistemática a sua trajetória em Angola, começando pelas razões que o levaram a luta e em seguida, relatando as consequências provocadas por ela sua vida. Sua história não visa denunciar algo, ele apenas deseja contar as usuras dos conflitos e seus reflexos nele próprio. Considerando que, na literatura precisamos levar

em conta a participação daquele que lê a obra, sua recepção, e conseqüentemente a interpretação do leitor, conforme definição de Reis (2003, p. 131) “a obra não se apresenta, pois, acabada ou “fechada”, tanto do ponto de vista formal, como sobretudo no que toca aos significados que envolve, cabendo ao leitor cooperar na reconstrução de formas e sentidos em aberto”, ainda que o autor não almeje denunciar o processo colonial através de sua obra, os diferentes leitores que a acessarem, podem encontrar em suas palavras a denúncia.

À medida que o narrador adentra o território angolano, é exposto o imaginário colonial no período que antecede a sua participação na guerra. O narrador vai a África esperando encontrar lindas paisagens, cidades estruturadas e uma população sadia, ou seja, a Angola construída durante toda a sua vida em seu imaginário, fomentada por livros e por grupos sociais, através da oralidade, é plausível que ele tenha se decepcionado com a realidade

[...] a ideia de uma África portuguesa, de que os livros de história do liceu, as arengas dos políticos e o capelão de Mafra me falavam em imagens majestosas, não passavam afinal de uma espécie de cenário de província a apodrecer na desmedida vastidão do espaço, projectos de Olivas Sul que o capim e os arbustos rapidamente devoravam, e um grande silêncio de desolação em torno, habitado pelas carrancas esfomeadas dos leprosos (ANTUNES, 2010, p. 119).

O deslocar-se para a África causa um desconforto neste sujeito, pois, dar-se conta que seu destino é um local conhecido, mas onde nunca pôs os pés, e quando finalmente o avista, logo percebe que o real é dissemelhante do imaginário elaborado por sua mente. No tocante do imaginário, Maffesoli (2001, p.75) defende que ele “é o estado de espírito que caracteriza um povo”, o imaginário condiciona o homem a ver aquilo que sua cultura produz. Deste modo, ele conceitua aquilo que lhe cerca coletivamente, razão para algumas comunidades apresentarem dificuldades em desprender-se de conceitos e hábitos considerados cruéis e desumanos. É o caso da política colonial, cujos conceitos que a cernem estão intrínsecos nestas sociedades, e sendo eles coletivos, o movimento de mudança precisa ocorrer em todos. Sobre isto, Maffesoli (2001) ressalta

[...] o imaginário coletivo repercute no indivíduo de maneira particular. Cada sujeito está apto a ler o imaginário com certa autonomia, Porém, quando se examina o problema com atenção, repito, vê-se que o imaginário de um indivíduo é muito pouco individual, mas sobretudo grupal, comunitário, tribal, partilhado (MAFFESOLI, 2001, p. 80).

Considerando que, o narrador de Lobo Antunes passou por um choque cultural, e quem sabe uma ruptura ao ser enviado a guerra e deparar-se com o oposto de tudo que lhe foi dito sobre a colônia até o momento, seu discurso pode ser de denúncia, direcionado a seus conterrâneos, como uma tentativa de possibilitar a eles uma nova perspectiva da política colonial. A principal preocupação da metrópole com relação a sociedade autóctone era assimilá-la, aculturá-la e usá-la em benefício próprio.

Considerando que, o narrador passou por um choque cultural, e quem sabe uma ruptura ao ser enviado a guerra e deparar-se com o oposto de tudo que lhe foi dito sobre a colônia, seu discurso pode ser de denúncia, direcionado a seus conterrâneos, como uma tentativa de possibilitar a eles uma nova perspectiva da política colonial. A principal preocupação da metrópole com relação à sociedade autóctone era assimilá-la, aculturá-la e usá-la em benefício próprio. Essa conjuntura está presente nas tropas lusas que chegam a Angola, pois, trata-se de um conceito colonial intrínseco, que não se aplica apenas aos indivíduos, mas também ao território, que foi usufruído pelo colonizador de todas as formas possíveis sem qualquer preocupação em desenvolvê-lo ou urbanizá-lo. Essas circunstâncias são incentivadoras ao distanciamento entre colonizado e colonizador, assim como, entre metrópole e colônia, aspectos que são evidentes na chegada das tropas lusas à Angola.

[...] cidade colonial pretenciosa e suja que nunca gostei, gordura de humidade e de calor, detesto as tuas ruas sem destino, o teu Atlântico domesticado de barrela, o suor dos teus sovacos, o mau gosto estridente do teu luxo (ANTUNES, 2010 p. 77).

Quando as tropas, e o narrador, deslocam-se para o interior de Angola, o sofrimento dos povos autóctones e a usurpação do território colonial tornam-se evidentes. Ademais, a realidade enfrentada pelas tropas era a precariedade, fator que foi determinante para a conscientização com relação ao povo angolano, além do contexto político já organizado que possibilitou o reconhecimento do cenário local. Sem a guerra, estes sujeitos, não teriam experienciado o colonialismo, a metrópole os condicionava a um imaginário coletivo político de enaltecimento ao colonialismo, que por sua vez, possibilitava o desenvolvimento e enriquecimento da metrópole.

O imaginário político trabalha a argumentação através de um arsenal de mecanismos emocionais, como os símbolos de um partido, as datas que devem ser comemoradas, os heróis e mitos que devem ser lembrados, os ritos que precisam ser atualizados (MAFFESOLI, 2001, p. 78).

Viver em Angola fragmenta as tropas lusas, assim como, o colonialismo português fragmentou aos autóctones e os negou a identidade e cultura. Mas estar próximo ao outro, gera ao narrador o entendimento desta sociedade, no entanto ele não pertence a ela, e também não se sente parte da Portugal bélica e autoritária que se edifica em sua consciência. Desta forma, por mais que o narrador não almeje denunciar a repressão colonial, ao contar sua inserção na guerra ele explanará sua experiência sofrida, igualmente, a dos autóctones com os quais teve oportunidade de conviver, denunciando mesmo sem intensão, a realidade de Angola. Sobre isto, Candido (2004, p. 186) ressalta: [...] a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Situações estas, destacadas na obra *“Os Cus de Judas”*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estranhamento em relação ao outro é incontestável na obra, nada em Angola era familiar, apesar da metrópole viver à sombra das colônias, e vice-versa, as reais informações e características nem sempre chegavam ao outro lado. Os militares não tinham ideia do que os esperava, imersos em expectativas de efetivar os ideais portugueses, de conservar a colônia, sabiam que em África encontrariam o desigual, no entanto, a missão a qual foram incumbidos nesse momento era o que importava. No imaginário social, fazer parte desta empreitada, além de dignifica-los como sujeitos, possibilitava o reconhecimento de suas famílias perante a sociedade portuguesa, um reconhecimento de sua contribuição a seu país.

Dessarte, conscientemente ou não, o narrador, representando parte do exército português, que lutou nas guerras de independência, como Portugal nomeou os conflitos, ou nas lutas de independência, como a África reconhece o conflito, exprimiu através da literatura a denúncia com relação ao sistema colonial. Efetivamente, Lobo Antunes através de sua obra produziu uma crítica

ao sistema colonial, ao governo português e as guerras em que o narrador esteve envolvido, uma vez que a Literatura de Denúncia, neste contexto, é apenas aquela produzida pelos povos autóctones africanos.

Levando em conta que a obra foi produzida após Angola conquistar sua independência, e após a queda do governo fascista português, seu olhar sobre Angola, pode sim, ter impactado no imaginário dos habitantes da metrópole, uma vez que, no fim do colonialismo muitas questões já haviam sido (re)significadas, tanto para a população portuguesa, quanto para a angolana..

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, António Lobo. **Os cus de Judas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: **Leach, Edmund et Alii**. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BOAHEN, A. Adu; SURET-CANELE, Jean. A África Ocidental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Org). **História Geral da África VIII: África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010.

CANDIDO, Antonio. Direito e Literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1986.

CONTE, Daniel; KUNZ, Marines Andrea; SCHMITZ, Jessica. De vozes e sussurros: a casa, a mensagem e a resistência anticolonial. **Literatura em Debate**, Frederico Westphalen: URI, v. 9, p. 177-191, 2015.

DIOP, Majhemout et al. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Org). **História Geral da África VIII: África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010.

HOBSBAWM, Eric John. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia de Letras, 1995.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (Entrevista). **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001, quad. Disponível em:  
<<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewArticle/285>>.

REIS, Carlos. A Linguagem literária. In: \_\_\_\_\_. **O conhecimento da literatura**. Introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.